

De Abril de 2003 a Setembro de 2004 foi Chefe de Serviço de Contas Provisórias no Departamento de Estatísticas Macro Económicas.

De Junho de 1996 a Abril de 2003 foi Chefe de Serviço de Contas de Ramos de Actividade que surgiu da extinção do núcleo de Ramos de actividade do qual foi coordenadora desde Outubro de 1990.

De entre as funções exercidas destacam-se a representação do INE nas reuniões do grupo de trabalho, a nível europeu, de Indicadores de Curto Prazo e no Comité Produto Nacional Bruto.

Coordenação de estudos/acções decorrentes de acordos/decisões da Comissão Europeia.

Definição de metodologias e implementação da base de 2005 nos indicadores de curto prazo de acordo com o Regulamento (CE) 1893/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Definição de metodologia e sua implementação nas Contas Nacionais Provisórias.

Participação nas mudanças de base de Contas Nacionais de 1986 e 1995.

Relator do Grupo de Trabalho do Conselho Superior de Estatística “O ramo da construção nas Contas Nacionais”.

Elaboração das Contas Económicas do Turismo dos anos 1992 e 1995 (em Sec95) e determinação dos efeitos multiplicadores do Turismo.

Responsável pelos Questionários de Paridades Poder de Compra relativos a Portugal.

Missões do Eurostat no âmbito de cooperação estatística na Bulgária e na Eslováquia.

Formação de técnicos dos PALOP, quer em Contas Nacionais quer em Indicadores de Curto Prazo.

Apoio técnico e metodológico à construção de Quadros Entradas e Saídas das regiões do Algarve (1999) e Autónoma dos Açores (2003).

203740704

Despacho n.º 15079/2010

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e, terminado o procedimento concursal de selecção para recrutamento da Chefe do Serviço de Comunicação e Imagem do INE, IP, cargo de direcção intermédia de 3.º grau, o júri, na acta final que integra o respectivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a nomeação da licenciada Maria Manuela Ribeiro Martins, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados e face a tais resultados aquela candidata reúne as condições exigidas para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente demonstrou ser detentora de competência técnica, aptidão e comprovada experiência profissional no exercício de funções relevantes para o cargo, nomeadamente, para a área do lugar a prover, bem como de formação académica e profissional adequadas.

Assim, é nomeada para o cargo de Chefe do Serviço de Comunicação e Imagem do INE, I. P., a licenciada Maria Manuela Ribeiro Martins, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º e n.ºs 9.º e 11.º do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, em conjugação com o n.º 8 do artigo 2.º-A da Portaria n.º 662-H/2007, de 31 de Maio, com a redacção dada pela Portaria n.º 839-B/2009, de 31 de Julho.

A nomeada fica autorizada a optar pela retribuição da sua categoria no INE, de acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2010.

2010.09.28. — A Presidente do Conselho Directivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

Nota curricular

Maria Manuela Ribeiro Martins, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras, da Universidade Clássica de Lisboa, ingressou no Instituto Nacional de Estatística (INE) em 1990, como técnica superior e exerce, desde 1993, cargos de dirigente intermédio, nas áreas da Comunicação e Imagem Institucional, Assessoria de Imprensa, Publicidade e Relações Públicas.

Esteve na criação do Serviço de Relações Públicas e Comunicação, em 1993, na qualidade de Chefe de Serviço, tendo ao longo dos anos adaptado o conteúdo funcional do Serviço às necessidades da Instituição e às novas realidades na área da comunicação e imagem. Presta, desde 1993, assessoria de imprensa ao Conselho Directivo do INE.

Possui uma vasta experiência na sua área de actuação. Contribuiu, decisivamente, para melhorar o acesso e o conhecimento da informação produzida pelo INE junto dos órgãos de comunicação social, dinamizando a criação de um serviço de atendimento dedicado a jornalistas e a organização de *workshops* e de outras iniciativas, visando proporcionar um conhecimento mais profundo sobre a produção de estatísticas oficiais. Teve intervenção determinante na criação da marca “Destaque do INE” (1997) um dos produtos emblemáticos para a difusão de informação junto da comunicação social e do público em geral. Em resultado da sua experiência internacional implementou, desde 1998, o calendário de difusão à comunicação social, instituindo uma prática distinguida enquanto instrumento de transparência e qualidade na prestação de serviço público.

Coordenou as campanhas de publicidade multimédia do INE, das quais se destacam a dos Censos 2001, dos Recenseamentos Agrícolas de 1999 e 2009, bem como outras de divulgação do papel do Instituto e sensibilização da população para a importância da resposta aos inquéritos. Coordenou os filmes de apresentação do INE e assegura a produção dos diversos suportes de comunicação institucional. Liderou, em 2007, o processo de mudança da imagem através do lançamento de um *rebranding* do logótipo e adopção de nova cor institucional.

É responsável pela organização de mais de cem seminários e outros eventos realizados pelo INE, tanto à escala nacional como internacional, com presença de elevado número de participantes e representações dos Estados-membros da UE e de outros sistemas estatísticos extracomunitários e internacionais.

Assessorou a candidatura portuguesa à organização do ISI 2007 — 56.ª Sessão Bial do *International Statistical Institute* e coordenou o stand do INE na 54.ª Sessão do ISI, em 2003, em Berlim, na qual foi apresentada a candidatura nacional.

É, actualmente, responsável pela revista *INEWS* (com mais de 6000 destinatários) tendo ainda, no plano editorial, liderado a renovação do «Jornal do INE» (editado até 1997) e a edição do *Jornal do ISI 2007* (diário distribuído aos cerca de dois mil participantes). Coordena o processo de design e paginação das publicações comemorativas do Instituto.

No plano internacional, assegurou a participação do INE em diversas reuniões, designadamente do EUROSTAT e da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas. É a representante do INE no projecto *prESSnet*, destinado a articular a comunicação e imagem do Sistema Estatístico Europeu através de uma rede de representantes dos EM. Perito do EUROSTAT, em missão de cooperação ao abrigo do Programa PHARE E.U., cooperação com os serviços de estatística agrícola da Bulgária, em Sofia, no âmbito do programa e de preparação de acções de comunicação para o recenseamento agrícola. Perito do INE para a cooperação e assistência técnica junto do INE de Moçambique no domínio da formação de quadros do SEN Moçambicano na área das relações com a comunicação social e das técnicas para a resposta a entrevistas, sobretudo em televisão.

Formadora na componente de enquadramento institucional e difusão via comunicação social, em acções de formação internas.

Frequentou diversas acções de valorização profissional tanto na sua área de actuação como em gestão e liderança.

Entre 1984 a 1990 integrou os quadros do laboratório farmacêutico internacional Alter SA e foi intérprete estagiária da Comissão da União Europeia, em Bruxelas. De 1982 a 1984 foi docente do ensino secundário. Exerceu, como freelancer e durante o período de frequência universitária, as funções de intérprete em conferências e seminários internacionais, bem como de recepcionista/intérprete na FIL/AIP.

203740753

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 509/2010

Considerando que o ministro plenipotenciário de 2.ª classe, Francisco Pimentel de Mello Ribeiro de Menezes, cessou as funções que desempenhava como chefe do meu Gabinete, desde Julho de 2005, para ocupar o cargo de embaixador de Portugal em Estocolmo, entendo oportuno e justo evidenciar por esta forma pública o meu reconhecimento e agradecimento pela inestimável ajuda que me prestou nas referidas funções.

A sua visão estratégica das questões de política externa e interna, bem como o seu elevado sentido de responsabilidade e de bom senso, a sua lealdade, são qualidades que, aliadas ao conhecimento sólido que detém do funcionamento dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das estruturas da Administração Pública em geral, permitiram mobilizar todo o Gabinete na condução correcta e rigorosa dos assuntos sob a minha responsabilidade, num período particularmente

exigente, nomeadamente por ter coincido com a preparação e exercício da presidência portuguesa da União Europeia.

O seu sentido de Estado, a sua grande experiência, a sua vastíssima cultura e a dedicação com que exerceu o cargo revelaram-se fundamentais ao serviço deste Gabinete e habilitam-no a assumir novas responsabilidades na carreira que honra e que serve com elevação e dignidade.

28 de Setembro de 2010. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

203743889

Secretaria-Geral

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 19516/2010

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 16/09/2010 e após obtenção de declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pela 1.ª delegação da Direcção-Geral do Orçamento, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria.

1 — Identificação e caracterização do posto de trabalho:

2 (dois) postos de trabalho — Desempenho de funções na Direcção de Serviços de Administração Patrimonial, na área contratação/Unidade Ministerial de Compras do Departamento Geral de Administração.

Actividade a cumprir:

a) Acompanhamento do processo de negociação na função de compras, nas áreas específicas de viagens, alojamentos, transporte de bens e Mala Diplomática, designadamente negociação de tarifas e de percentagens de desconto com empresas que tenham celebrado acordos quadro com a ANCP;

b) Análise e avaliação de propostas de adjudicação de serviços, designadamente na área de transportes de bens;

c) Criação de um sistema de indicadores de avaliação e análise periódica das poupanças alcançadas na compra de serviços nas áreas específicas de viagens, alojamento e transportes de bens;

d) Colaborar na preparação de planos anuais e plurianuais no que respeita à função de compras;

e) Garantir respostas às solicitações das entidades internas e externas ao MNE;

f) Elaborar pareceres sobre viabilidade económica e viabilidade técnica de projectos de contratos públicos e propostas de adjudicação, nas áreas específicas indicadas.

2 — Local de trabalho — Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, sito no Largo do Rilvas — 1399-030 Lisboa.

3 — Legislação aplicável — Rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 — Nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento é circunscrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida.

5 — Requisitos de admissão

5.1 — Os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos específicos:

a) Habilitações académicas: Licenciatura, preferencialmente nas áreas de Relações Públicas ou de Marketing e Publicidade;

b) Experiência comprovada na área de actividade indicada no ponto 1.

5.3. — Não é admitida a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

6 — Posicionamento remuneratório:

Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados será feito numa das posições remuneratórias da carreira sendo objecto de negociação com a entidade empregadora pública.

7 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar (dois postos) e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

8 — Para efeitos do presente procedimento concursal de recrutamento não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — Nos termos conjugados dos artigos 27.º e 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento do formulário tipo, publicitado pelo Despacho (extracto) n.º 11321/2009, DR n.º 89, 2.ª série, de 8 de Maio de 2009 e disponibilizado no sítio do Ministério dos Negócios Estrangeiros www.mne.gov.pt, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com indicação do posto de trabalho a que se candidata, e entregue pessoalmente ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, para Serviço de Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas — 1399-030 Lisboa.

9.2 — A apresentação do formulário de candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

a) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida.

b) Documento comprovativo das habilitações literárias.

c) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração.

d) Declaração emitida e autenticada pelo Serviço de origem, da qual conste a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado na carreira e a avaliação de desempenho relativa ao último período (não superior a 3 anos), nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da já citada Portaria.

e) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afecto, devidamente autenticada e actualizada, da qual conste a actividade que se encontra a exercer em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10.1 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

11 — Composição e identificação do Júri:

Presidente: Eng.º José Maria Tadeu Henriques — Director de Serviços de Administração Patrimonial.

Vogais efectivos:

Dr. José António de Matos Morujo, Técnico Superior (DRH);

Dra. Adriana Melo Ribeiro, técnica superior (DRH);

Vogais suplentes:

Dra. Ana Luisa Peixoto Soares, Chefe de Divisão de Gestão Orçamental (SAF);

Dra. Elsa Prata, Chefe de Divisão de Equipamento e Instalação (SAP).

O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

12 — Métodos de Selecção: Tendo em conta a redução de efectivos que o mapa de pessoal do DGA tem vindo a registar, em consequência de aposentações e saídas de alguns trabalhadores para outros organismos na sequência de procedimentos concursais, e ainda a plena implementação